

PARTICIPAÇÃO DOS POTIGUARAS E TABAJARAS DA CAPITANIA DA PARAÍBA NAS CONQUISTAS DO CEARÁ E MARANHÃO¹

Yamê Galdino de Paiva²

Ricardo Pinto de Medeiros (orientador)³

“Ainda hoje se mantém o ‘mito’ de que os aborígenes, nesta parte da América, limitaram-se a assistir a ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, passivamente, os efeitos da colonização.(...).Todavia, nada está mais longe da verdade, a julgar pelos relatos da época. Nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis, que lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança, pela liberdade, que lhes eram arrebatadas conjuntamente”. (F. Fernandes, *in*: Buarque de Holanda, v.I, Tomo I, p.72.)

As imagens dos índios do Brasil como seres passivos, imóveis diante da conquista europeia e como bravos guerreiros que lutavam árdua e incansavelmente por seu território já foram apresentadas repetidas vezes. Os nativos indubitavelmente foram vítimas do processo colonizador uma vez que não tiveram opção de escolha: ou aceitavam amigavelmente a presença estrangeira, ou esta iria penetrar à força. Eles não foram criaturas ingênuas que assistiram passivamente ao saque das riquezas naturais e ao massacre de suas tribos, mas, de certa forma, “utilizaram-se”, através de alianças, do colonizador para se protegerem ou para enfrentarem tribos inimigas. Por meio delas (alianças), passaram a integrar o projeto da colonização participando das frentes de conquista e até, posteriormente, recebendo concessões de sesmarias. Procuraremos aqui mostrar esses aspectos focalizando a presença dos índios potiguaras e tabajaras da Capitania da Paraíba nas conquistas do Ceará e Maranhão, visando ainda contribuir na desmitificação das imagens de herói nacional (ufânica) e de incivilizados construídas ao longo da história do Brasil.

A falta de uma documentação indígena que informasse sobre os costumes, economia, política, sociedade e ideologia da cultura nativa, restringe-nos às fontes escritas dos europeus acerca desses povos. O problema de tais fontes está no seu caráter tendencioso e unilateral, apresentando um conjunto de justificativas para legitimar a colonização. As visões do português sobre os nativos são quase sempre depreciativas, como em:

“Têm mais outra propriedade, não por a-herdarem do estado de innocencia, que n’elles está corrupta e damnada; que, contra toda a ordem da natureza, por mera sensualidade, folgam de andar totalmente nus, sem nenhuma cobertura, cousa que parece os próprios animaes brutos estranham.” (História da Conquista da Paraíba, p.26)

¹ Trabalho apresentado no Simpósio Temático “Análises e Reflexões sobre a América Portuguesa”, durante o XII Encontro Estadual de História da ANPUH-PB, realizado no Campus da Universidade Federal de Campina Grande, em Cajazeiras (PB), entre 23 e 28 de julho de 2006.

² Graduanda em História pela Universidade Federal da Paraíba.

³ Professor Adjunto do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

Algumas obras tratam, porém, o indígena de forma mais próxima, como a História do Brasil (1500-1627) de Frei Vicente do Salvador. A importância de obras assim, que apresentam um olhar mais diferenciado sobre o nativo e também sobre a colonização, está em nos ajudar a compreender a colonização e seus integrantes de uma forma menos europeizada, permitindo àqueles que atuaram na construção do território que hoje compõe o Brasil, a saída dos bastidores da história, isto é, passar de coadjuvantes a atores principais.

No cenário brasileiro, os europeus logo perceberam uma característica das relações entre as tribos indígenas. Singularidade que logo tomaram proveito. As numerosas tribos relacionavam-se através de um sistema de alianças e guerras. Os europeus (especialmente franceses e portugueses) souberam utilizar as rivalidades entre as tribos oferecendo ajuda contra seus inimigos, constituindo um dos fatores mais substanciais para a conquista dos domínios coloniais. Foi a aliança entre portugueses e tabajaras um ponto fundamental para o povoamento da Capitania da Paraíba, exterminando os potiguaras ou empurrando-os para o Rio Grande. A resistência potiguara foi intensa a ponto de passarem-se onze anos entre a criação da Capitania Real da Paraíba (1574) e o início oficial de seu povoamento (1585), persistindo nos anos posteriores. As pazes foram firmadas apenas em 1599, sob a figura de Zorobabé.

As alianças feitas com o gentio eram muitos frágeis e vulneráveis, rompendo-se e refazendo-se rapidamente. A Paraíba pode novamente ser exemplo disso. Os tabajaras, em princípio, dificultaram a ação portuguesa. Vindos pelo rio São Francisco, na altura do Sergipe, estabeleceram-se no sul do rio Paraíba e auxiliaram os potiguaras a combater os portugueses, pois haviam sido traídos por eles (ajudaram Francisco Caldas a capturar índios, mas a intenção deste eram também escravizar a aldeia de Piragibe - chefe tabajara). Todavia, logo foram reconquistados pela lãbia lusitana e as pazes foram firmadas com Piragibe (Braço de Peixe) e Assento de Pássaro (outro chefe tabajara).

Houve cinco expedições de conquista (quatro tentativas e uma confirmação). Contudo esse mérito vai quase integralmente para Martim Leitão, portador de ousadia, perspicácia e coragem imensuráveis!

“...podêmos sem falta afirmar que Martim Leitão deixou a capitania da Parahyba conquistada, com fortaleza, e guarnição; e acompanhada, e povoada de tanto número de gentio (...) porque o verdadeiro sangue, e substancia de se-povoar, e sustentar o Brasil, é com o mesmo gentio da terra, ganhado por amisade (...).” (História da Conquista da Paraíba, p.99)

A ajuda tabajara, obtida no tempo do ouvidor-geral Martim Leitão, foi de grande importância aos portugueses, como já foi dito. Outrossim, a amizade dos potiguaras – considerados o “maior e mais guerreiro gentio do Brasil” (ibidem, p.26) – também foi vantajosa e duradoura, cooperando nas conquistas do Ceará e Maranhão. Exemplificando, tem-se o Pau-Seco

(chefe potiguara), grande opositor da presença portuguesa na Paraíba, presente, com outros de sua tribo, nas expedições da conquista do Maranhão, como mostrar-se-á adiante. Dessa maneira, a conquista da Paraíba e as pazes firmadas com o gentio da dita capitania foram fundamentais para a expansão em direção ao norte. A Paraíba representava um ponto de passagem para as terras setentrionais, regiões disputadas por estrangeiros, especialmente franceses. Nesta época, o governo de Filipe II incentivava os particulares a promoverem o empreendimento colonizador, afastando a ameaça de perda das áreas portuguesas para elementos externos. Assim, Pero Coelho de Sousa empenhou-se na conquista das terras cearenses.

Partiu da Paraíba em 1603 com 65 soldados, dentre eles Martim Soares da Sousa, e 200 índios cujos principais eram: Mandiocapuba, Batatã e Caragatim (tabajaras) e Guaraguiguira (potiguara). A garantia das terras foi obtida após combater os franceses na serra de Buapava, atual Ibiapaba, e firmar amizades com os líderes indígenas tabajaras - Diabo-Grande e Mel-Redondo - e potiguara - Jacaúna. Pero Coelho não foi mais adiante por resistência dos soldados, retornando à Paraíba para pedir auxílio financeiro ao governador Diogo Botelho, o qual recusou alegando que a forma de catequização dos índios e a sua venda era injusta.

Sem financiamento, Pero Coelho retorna ao Ceará, desta vez com mulher e filhos, numa segunda jornada, objetivando fundar povoamento. Nesta difícil empreitada, imposta pelas dificuldades naturais, acabou perdendo um filho e não teve êxito na sua meta. Retornou novamente à Paraíba e daí seguiu ao reino a fim de pedir recompensa pelos serviços prestados e nunca mais voltou.

A outra jornada, em 1607, não teve sucesso. Os padres jesuítas Francisco Pinto e Luís Figueira logo foram atacados por tapuias, o que levou ao falecimento do primeiro e à fuga do último. Apesar de não se ter alcançado os objetivos iniciais, todas representaram um passo inicial na conquista do norte, especialmente pelas pazes firmadas com algumas tribos locais. Nessa tarefa destacou-se Martim Soares Moreno atuando como um grande articulador com os nativos, aprendendo suas línguas e costumes, tornando-se capitão do Ceará e participando também da jornada ao Maranhão.

Mais uma vez demonstra-se que alianças firmadas com as tribos nativas são uma maneira eficaz de concretizar fins. Desta forma, a participação dos principais da Paraíba integrando a expedição de Pero Coelho de Sousa na conquista do Ceará representou importante acréscimo ao corpo militar. Vê-se que na mesma havia mais índios do que soldados, indicando que os artefatos bélicos indígenas eram eficientes. O armamento europeu era mais custoso de manejar, ao contrário do arco e flecha, rápido e eficaz no ambiente florestal.

Além do obstáculo imposto pelos silvícolas à realização do projeto colonizador, havia também a constante e persistente presença estrangeira, como dito anteriormente. Ingleses, holandeses e franceses rondavam a costa brasileira, sendo os últimos mais freqüentes. Eles comercializavam, através do escambo, recursos naturais com os nativos, sendo, por isso, combatidos pelo colonizador. Foi justamente a ameaça representada por eles e a pretensão da formação de uma possessão francesa no território português, denominada França Equinocial, situada além da linha equinocial e em área ainda não colonizada, pois a França não reconhecia como legítima a divisão do mundo entre Portugal e Espanha, valendo-se do princípio *uti possidetis* (a posse de uma área era dada pela ocupação efetiva da mesma), que apressou a ocupação dessas terras pelos lusitanos.

O rei Filipe II ao tomar conhecimento da intenção francesa, ordenou que fosse organizada uma expedição objetivando a conquista da costa leste-oeste, mais especificamente o rio e as terras do Maranhão. Assim, em 21 de agosto de 1614 partiu uma armada comandada por Diogo de Campos Moreno (sargento-mor do Estado do Brasil), a qual juntar-se-ia à Jerônimo de Albuquerque (capitão-mor) que se encontrava no Rio Grande com 320 índios flecheiros. Além desses, contava ainda com a participação dos índios do Ceará (especialmente Jacaúna), de Buapava, atual Ibiapaba, (Diabo-Grande), dos guiados por Camarão (irmão de Jacaúna) e de outras lideranças, totalizando cerca de mil índios de guerra.

Em meio a todo o gentio estava Pau-Seco (potiguara da Paraíba), recrutado por Jerônimo de Albuquerque, contribuindo com 22 integrantes, e também Mandiocapuba (tabajara da Paraíba que atuou na conquista do Ceará) com 16 índios. A tabela abaixo mostra alguns nomes de lideranças indígenas:

Da aldeia de Ibatatã, Marcos Marigui, com	22.
Da dita aldeia, o Arco Verde, com	9.
De Paravasú, Alexandre, com	10.
De Tambepé, o filho de Bejiú, dom Francisco, com	35.
De Pindauná, Jorge, com	18.
De Joacocá, o Pau-Seco, com	22.
Da mesma aldeia, Mandiocapuá, com	16.
De Jacarcuná, André, com	9.
De Pirari, Mucurapirá, com	12.
De Maripitanguá, Minasu, com	7.
De Guaramasió, o Beijú, com	16.
De Tambaçuramá, o Tambor, com	24.
Do Rio Grande, o Pacatu deu	20.
De Paranaçu deram	14.
Somam	234.

(MORENO, Diogo de Campos. Jornada do Maranhão: por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614, p.44-45)

A menção desta relação na descrição de uma jornada (no caso, do Maranhão) reflete a importância da presença indígena nas expedições de conquista. Presença tal que na

maioria das obras do período colonial, principalmente do período inicial - séculos XVI e XVII - quando aparece, apresenta caráter depreciativo ou é apenas mais um elemento sem muita significação a ser citado. Referência às expressões que relacionam atitudes e comportamentos indígenas aos negros, sinônimos de falta de confiança e de palavra são por vezes correntes, amiúde quando não se consegue uma aproximação pacífica com eles. No Ceará conseguiu-se cerca de 200 índios flecheiros juntando os de Jacaúna e os de Camarão (vindo do Rio Grande). Não se pôde contar com os da Serra de Buapava (como prometido por Diabo-grande) porque uma epidemia assolou essa região. Tal justificativa provocou dúvida entre os portugueses quanto à sua veracidade, como mostra a passagem:

“...à tarde chegaram dois índios de Buapavá com embaixada do Diabo-Grande, o qual por eles se desculpava dizendo ser impossível de presente vir ouvir a fala do d’Albuquerque, nem dar-lhe gente para a Jornada, por falta de saúde, que todos os seus e ele tinham tal, que haviam queimado as casas e aldeias, e viviam no campo até passar a contágio de aquele mal que os afligia (...). Com esta nova, verdadeira ou fingida que fosse, ficou desenganado o capitão-mor, e bem enganados os que se viam metidos em tais ajudas e palavras de negros, para darem fim a uma Jornada tão arriscada e de tanta importância.” (Moreno, Diogo de Campos. Jornada do Maranhão: por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614, p.53)

Ao chegarem às terras maranhenses tiveram encontros com franceses, que lá já estavam, liderados por La Ravardière (capitão geral), possuindo um forte (Forte de São Luís), uma poderosa armada e “mais de dous mil índios flecheiros da Ilha e de Tapitaperá, e com eles duzentos soldados franceses em duas tropas (...)” (ibidem, p.75). A querela com os franceses só foi resolvida mediante um acordo de paz, a qual compreendia alguns itens de procedimento de ambas as partes, por um período enquanto se enviavam representantes das duas cortes aos reinos de Portugal e França que deveriam, por sua vez, solucionar a questão da posse do Maranhão. E assim terminou o impasse que norteava a conquista do Maranhão, tendo os franceses que sair da região e garantindo a posse efetiva do território aos portugueses.

Percebe-se mais uma vez que o indígena foi um elemento ativo nas conquistas territoriais. Sua amizade era fundamental para garantir um bom resultado nas pretensões de colonização, pois, auxiliavam em possíveis guerras contra estrangeiros ou contra outros nativos. Além disso, a intenção da catequização era uma forte justificativa da empresa colonizadora e sendo, os índios, aliados, havia uma maior facilidade e um fator mais forte para legitimar a presença estrangeira, uma vez que, por se estabelecer uma relação de confiança entre eles, a aceitação de religiosos que pregavam a fé católica era facilitada. Tal cenário compõe a teia de relações de poder, baseada nas alianças e guerras, elaborada com precisão a fim de criar uma malha resistente para a concretização dos desígnios portugueses. O Ceará e o Maranhão, assim, são bons exemplos de resultados satisfatórios obtidos pela aliança indígena-colonizador.

Qual era, então, a diferença fundamental entre esses personagens que possibilitou o empreendimento colonizador? Podemos dizer que era a questão cultural, mas mais especificamente, o fator da territorialidade. Esta diz respeito a maneira específica de enxergar o ambiente, havendo uma valorização de determinadas estruturas, recursos e até mesmo a organização espacial, de acordo com o elemento cultural. Basicamente o espaço é visto sobre o tripé geográfico, funcional e simbólico. Para o indígena, o território é seu ambiente natural, sua casa. Portanto, a geografia adquire uma função de (re)produção da vida, de sustento dos indivíduos que extraem os recursos necessários para a sobrevivência, estando errada a idéia bastante comum de que os índios não modificavam o ambiente. Eles o faziam, só que a nível baixo, permitindo sua rápida reconstituição pela própria natureza. Ademais, por esse ambiente ser familiar, adquire um sentido simbólico, com lugares conotativos, cheios de significação. Aos olhos das tribos, a floresta ganha ruas, avenidas e becos. À lente de sua cultura as formas, o cheiro, as cores do ambiente sinalizam as belezas e perigos da natureza.

Já a visão do território pelos estrangeiros era diferente. Vindo de nações cujas preocupações referiam-se ao acúmulo de riquezas e onde a individualidade e a ganância eram pontos fortes, a maneira de se enxergar o ambiente vai estar condicionada por esses aspectos e pelos objetivos a serem alcançados nessa parte do hemisfério. Assim o viés funcional do território para os europeus vai se dar pela ocupação desse e pela busca de recursos valorizados em suas culturas, como os metais preciosos. Por conseguinte, o ambiente é tido como um fornecedor de produtos lucrativos, não havendo uma conotação simbólica, pois o simbolismo está relacionado com um sentimento de pertença ao local ou a um acontecimento importante para um povo. Como possuem uma cultura imediatista, os europeus não tinham a preocupação em explorar racionalmente o ambiente. O resultado da praticidade só seria sentido *a posteriori*, quando os recursos ambientais, principalmente os não renováveis, começaram a ficar cada vez mais escassos.

Por se relacionarem com o ambiente de maneira distinta do colonizador, os nativos são-lhe de grande utilidade, atuando como guias nas matas, como identificadores de bons sítios para acampamento, de fontes de boa água, como conhecedores dos perigos oferecidos pelas florestas, enfim, contribuindo com o saber a respeito da natureza. No concernente à guerra, agem como flecheiros, como interlocutores com outras tribos, na localização de aldeias inimigas e suas táticas de guerra, uma vez que, apesar de haverem diferenças culturais entre as tribos, elas compartilham uma cultura ampla, como é o caso dos potiguaras e tabajaras. Pertencentes à família Tupi-Guarani, apresentavam língua, cultura material, organização social, econômica e política semelhantes. Claro que as similitudes não ocorrem entre quaisquer grupos indígenas, mas entre aqueles que pertencem à mesma nação. Assim, potiguaras e tabajaras diferiam em vários aspectos dos tapuias (grupo do

interior). Em síntese, o conhecimento da geografia era imprescindível para saber os locais estratégicos de sítios propícios destinados à construção de fortes e abrigos, estratégias militares e ao próprio povoamento.

A convivência com o europeu modificou hábitos dos indígenas, a exemplo da própria prática de guerra. Esta era predominantemente cultural, mas a alianças estabelecidas com os migrantes modificou este aspecto. A guerra dos europeus tornou-se também a guerra dos índios. O contato cada vez mais intenso foi gradativamente enraizando-os na empresa colonial, partindo do simples vínculo estabelecido com o colonizador até a obtenção de sesmarias por parte dos índios. Portanto, não foram apenas vítimas da dizimação ocorrida com a vinda do europeu, mas participaram ativamente da construção do espaço geográfico, seja resistindo ou cooperando. E foi através da cooperação com os portugueses que os tabajaras e potiguaras da Capitania da Paraíba contribuíram para a integração nacional através de sua participação nas frentes de conquista das expedições colonizadoras do Ceará, Maranhão (como já exposto), e Rio Grande.

Do mesmo modo que eles, outros índios também o fizeram em outras capitanias. Assim, a imagem de heróis nacionais (na versão ufânica do Período Imperial, influenciada pelo herói medieval - o cavaleiro) torna-se incompatível com a realidade apresentada, bem como a de bárbaros, selvagens e incivilizados (impressão do europeu, portanto unilateral) levando-se em consideração que se fossem realmente tão bárbaros assim seriam incapazes de estabelecer relações amistosas com o europeu. A desconfiguração dos personagens históricos pelos estereótipos negativos formados a seu respeito atua na má compreensão do processo histórico. É preciso desfazer os paradigmas depreciativos para que haja um olhar mais acurado do passado, a fim de regatar e valorizar os agentes da construção histórica, suas realizações para a formação do espaço geográfico e relações que nele se estabelece. É aí que a importância dos indígenas da Capitania da Paraíba deve ser ressaltada! Auxiliando os portugueses, atuaram na integração do território brasileiro ao participar das conquistas de capitanias, no combate a outros estrangeiros e na construção de diversas obras, ou seja, na edificação da América portuguesa.

Referências bibliográficas

História da Conquista da Paraíba por um da Companhia de Jesus escrita nos fins do século XVI a mando do Padre Christovam de Gouveia, visitador da Companhia de Jesus, na Província de Brasil. Campina Grande: FURNe/UFPB, 1983.

HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira.** V.I, Tomo I, 7.ed. São Paulo: Difel, 1985.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO. **Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil.** João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2000.

MONTEIRO, Vilma dos Santos Cardoso. **Pequena História da Paraíba.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

MORENO, Diogo de Campos. **Jornada do Maranhão: por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614**. São Paulo: Siciliano, 2002.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil 1500-1627**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.